

Demonstrações Financeiras

Cemig Geração Itutinga S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021.....	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS	6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL	12
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	14
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	18
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	18
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	19
6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO.....	19
7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	20
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	22
9. INTANGÍVEL.....	22
10. FORNECEDORES	24
11. ENCARGOS REGULATÓRIOS	24
12. TRIBUTOS	24
13. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS	25
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	25
15. RECEITA.....	27
16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	28
17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	28
18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	29
19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	30
20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	32
21. SEGUROS.....	35
PARECER DO CONSELHO FISCAL	36
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Itutinga S.A. (“Companhia” ou “Itutinga”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A CEMIG GERAÇÃO ITUTINGA

A Cemig Geração Itutinga S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era de R\$ 151.309 mil, subscrito e integralizado, dividido em 151.309.332 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R\$60.397 mil em 2021, em comparação ao resultado de R\$30.128 mil em 2020, impactado, principalmente, pela atualização financeira da bonificação pela outorga e pelos efeitos da repactuação do risco hidrológico.

Receita

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica na Usina Hidrelétrica Itutinga, conforme o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 10/2016 – ME – UHE Itutinga, celebrado em 8 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, cerca de 30% da garantia física de energia estão sendo comercializados no Ambiente de Contratação Livre – ACL, conforme previsão do contrato.

A Companhia tem duas receitas reconhecidas em suas demonstrações financeiras, conforme segue:

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita reconhecida no exercício de 2021 foi de R\$36.941 mil, em comparação a R\$36.396 mil em 2020.

A Companhia tem direito a uma Receita Anual de Geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR. A concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando de 45 distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

Desde janeiro de 2017, sua RAG foi reduzida em 30%, passando este percentual de energia a ser comercializado no ACL.

Atualização financeira da bonificação pela outorga

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago. Os valores registrados como receita, no montante de R\$36.723 mil em 2021 (R\$24.829 mil em 2020), referem-se à atualização pelo IPCA e juros remuneratórios incidentes sobre o valor da bonificação paga e serão aplicados durante o período de vigência da concessão.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$14.520 mil em 2021 (R\$23.152 mil em 2020), redução de 37,28% decorrente, principalmente, de menor despesa com compra de energia para revenda.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2021, a Companhia apurou o montante de R\$2.923 mil referente a imposto de renda e contribuição social, representando 4,62% em relação ao lucro de R\$63.320 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no mesmo período de 2020, a Companhia apurou despesas no montante de R\$2.030 mil, representando 6,31% em relação ao lucro de R\$32.158 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2021, o LAJIDA foi de R\$62.873 mil (R\$31.961 mil em 2020) e a margem do LAJIDA foi de 90,65% no mesmo período (58,17% em 2020), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2021	2020	Var. %
Resultado	60.397	30.128	100,47
Despesa com imposto de renda e contribuição social	2.923	2.030	43,99
Depreciação e amortização	324	165	96,36
Resultado financeiro	(771)	(362)	112,98
LAJIDA	62.873	31.961	96,72

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à Lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, eventualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de emergência (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras a jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

No ano de 2021, mesmo com as dificuldades apresentadas pela pandemia Covid-19 e pela renovação das equipes das COMPDECs (ano pós-eleitoral), a atuação junto a estes organismos de defesa civil foi decisiva na estratégia de focar nas ações de integração dos PAEs das barragens do Grupo CEMIG, relacionando com os PLANCONs de 35 municípios diretamente envolvidos.

Ainda em 2021, foram realizadas cerca de 25 oficinas de trabalho virtuais para apresentação e discussão dos PAEs e uso do App PROX (Aplicativo de Gestão de Riscos). Foram também discutidas e executadas as ações listadas abaixo com foco na ZAS-Zona de Auto Salvamento, na região jusante das barragens:

1. Ação de cadastro de economias(telhados) e da população moradora permanente para 35 municípios;
2. Proposição de rotas de fuga e pontos de encontro para os 35 municípios;
3. Sinalização de alerta (placas) implantada em 27 municípios.

O Grupo Cemig também atuou fortemente na continuidade do projeto de pesquisa que foca no desenvolvimento do DIN – Dispositivo Individual de Notificação, que consiste num pequeno equipamento de alerta/alarme a ser colocado de maneira individual nas residências de moradores inseridos na mancha de inundação (ZAS), caracterizado por ser de longo alcance, pouco consumo de energia; pode emitir alertas individualizados em áreas específicas e traz a corresponsabilidade da população em prol da cultura de resiliência e preparação à emergência. O projeto contemplará 20 barragens em 27 municípios.

Além disso, o “Programa Proximidade” disponibilizou o App. PROX, um App. móvel de Gestão de Riscos, de relacionamento com a população e com as COMPDECS. Além de informações hidrológicas e operativas de usinas do Grupo Cemig, o aplicativo é uma ferramenta de gestão de riscos, cadastro, notificação e alerta para emergências em barragens.

Em 2021 o Grupo Cemig também celebrou o Acordo de Cooperação Técnica para uso compartilhado do App. PROX, com o IBRAM-Instituto Brasileiro de Mineração e 11 empresas mineradoras associadas, visando o aumento da cobertura de segurança de outras populações sujeitas a emergências de barragens de mineração.

Os ganhos esperados são o aumento da cobertura de segurança, tanto para situações com barragens, mas também, para várias outras situações de perigo (enchentes, queimadas, incêndios, deslizamentos etc.).

O grande ganho que a abordagem adotada pelo Grupo Cemig propõe é a apresentação dos impactos causados pelas cheias naturais, dando maior segurança às populações ribeirinhas e desenvolvendo a resiliência das cidades a eventos de inundação.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2022, que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R\$60.397 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$3.020 mil para constituição de reserva legal;
- R\$21.189 mil para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$7.500 mil de dividendos intermediários pagos;
- R\$4.811 mil para pagamento de dividendos adicionais;
- R\$23.877 mil para constituição de reserva especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais e municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	908	891
Títulos e valores mobiliários	4	18.270	16.306
Consumidores e revendedores	5	4.894	4.923
Ativo financeiro da concessão	6	20.308	18.542
Tributos compensáveis	8	110	216
Fundos vinculados		20	69
Outros créditos		34	24
ATIVO CIRCULANTE		44.544	40.971
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	3.758	3.667
Ativo financeiro da concessão	6	166.696	151.918
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	244
Tributos compensáveis	8	682	365
Imobilizado		4.288	3.741
Intangível	9	7.592	-
Direito de uso	7	83	153
Outros créditos		39	59
ATIVO NÃO CIRCULANTE		183.138	160.147
ATIVO		227.682	201.118

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

PASSIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	797	7.701
Encargos regulatórios	11	653	447
Impostos, taxas e contribuições	12a	198	344
Imposto de renda e contribuição social	12b	301	665
Dividendos a pagar	14	21.189	10.343
Dívidas com pessoas ligadas		359	384
Passivo de arrendamento	7	13	91
PASSIVO CIRCULANTE		23.510	19.975
NÃO CIRCULANTE			
Impostos, taxas e contribuições	12a	780	-
Imposto de renda e contribuição social	12b	740	-
Encargos regulatórios	11	-	362
Passivo de arrendamento	7	75	71
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	13	11.810	11.309
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		13.405	11.742
PASSIVO		36.915	31.717
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14	151.309	151.309
Reservas de lucros		39.458	18.092
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		190.767	169.401
PASSIVO		227.682	201.118

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2021	2020
RECEITA	15	69.356	54.948
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia elétrica comprada para revenda		(4.057)	(10.603)
Encargos uso rede básica de transmissão		(1.426)	(1.199)
		(5.483)	(11.802)
CUSTOS			
Pessoal e administradores		(39)	(17)
Materiais		(299)	(179)
Serviços de terceiros		(6.231)	(6.332)
Depreciação e amortização		(324)	(165)
Outros custos operacionais		(20)	(16)
		(6.913)	(6.709)
CUSTO TOTAL	16	(12.396)	(18.511)
LUCRO BRUTO		56.960	36.437
DESPESA OPERACIONAL	16		
Despesas gerais e administrativas		(1.880)	(4.450)
Outras despesas operacionais líquidas		(244)	(191)
		(2.124)	(4.641)
Ganhos com repactuação do risco hidrológico		7.713	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		62.549	31.796
Receitas financeiras	17	1.308	687
Despesas financeiras	17	(537)	(325)
Resultado antes dos impostos		63.320	32.158
Imposto de renda e contribuição social	18	(1.939)	(2.056)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(984)	26
RESULTADO DO PERÍODO		60.397	30.128
Resultado básico e diluído por ação – R\$		0,3992	0,1991

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020
RESULTADO DO EXERCÍCIO	60.397	30.128
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	60.397	30.128

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	151.309	6.661	17.823	(8.354)	167.439
Aprovação de dividendos adicionais propostos (R\$0,1178 por ação) 2019	-	-	(17.823)	-	(17.823)
Resultado do exercício	-	-	-	30.128	30.128
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Reserva legal	-	1.089	-	(1.089)	-
Dividendos obrigatórios (R\$0,0684 por ação)	-	-	-	(10.343)	(10.343)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,0684 por ação)	-	-	10.342	(10.342)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	151.309	7.750	10.342	-	169.401
Aprovação de dividendos adicionais propostos (R\$0,0684 por ação) 2020	-	-	(10.342)	-	(10.342)
Resultado do exercício	-	-	-	60.397	60.397
Dividendos intermediários (R\$0,0496 por ação)	-	-	-	(7.500)	(7.500)
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Reserva legal	-	3.020	-	(3.020)	-
Reserva especial	-	-	23.877	(23.877)	-
Dividendos obrigatórios (R\$0,14 por ação)	-	-	-	(21.189)	(21.189)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,0318 por ação)	-	-	4.811	(4.811)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	151.309	10.770	28.688	-	190.767

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	60.397	30.128
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18)	984	(26)
Atualização monetária bonificação de outorga (Nota 6)	(36.723)	(24.829)
Depreciação e amortização	245	94
Amortização direito de uso	79	71
Juros passivo de arrendamento	15	18
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	501	2.111
Variações monetárias – Restituição a concessionárias	-	272
Ganho com ressarcimento do GSF	(7.713)	-
	17.785	7.839
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores	29	3.387
Tributos compensáveis	(211)	(80)
Ativo financeiro da concessão	20.179	19.168
Outros	245	(15)
	20.242	22.460
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores	(6.904)	4.130
Impostos, taxas e contribuições	634	183
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.288	3.987
Encargos regulatórios	(156)	71
Transações com partes relacionadas	(25)	43
Outros	4	-
	(5.159)	8.414
Caixa gerado pelas atividades operacionais	32.868	38.713
Imposto renda e contribuição social pagos	(1.896)	(3.724)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	30.972	34.989
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em títulos e valores mobiliários	(2.055)	(8.953)
Fundos vinculados	49	(64)
Imobilizado	(671)	(24)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.677)	(9.041)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(28.185)	(25.646)
Arrendamentos pagos	(93)	(86)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(28.278)	(25.732)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17	216
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	891	675
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	908	891
	17	216

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1º de fevereiro de 2016 foi constituída a Cemig Geração Itutinga S.A., sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT"), domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190-131.

A empresa é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.846/2016, formalizando a transferência da concessão da UHE Itutinga da Cemig GT para a Cemig Geração Itutinga S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 10/2016 – MME, ocorrida em 8 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A UHE Itutinga possui 52 MW de potência instalada e 28 MW médios de garantia física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de cotas de garantia física de energia e de potência da UHE Itutinga, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021, conforme Resolução Homologatória Aneel 2.746, de 28 de julho de 2020. Em 2020, cerca de 30% da garantia física da Companhia foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

A Cemig GT, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor* - GSF)

Em 9 de setembro 2020, foi publicada a Lei nº 14.052/2020, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão dos respectivos prazos de concessão das outorgas de geração. Os prazos de extensão foram homologados pela Resolução Homologatória Aneel 2.919 de 2021 e pela Resolução Homologatória 2.932 de 2021. A usina de Itutinga teve seu prazo de concessão prorrogado em 2.555 (dois mil, quinhentos e cinquenta e cinco) dias.

Essa repactuação foi um importante avanço para o setor elétrico, reduzindo os níveis de judicialização, e também para a Cemig, com a extensão do prazo de suas concessões de geração de energia elétrica. (Para maiores informações, vide nota explicativa nº 9 destas demonstrações financeiras.)

COVID-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (“OMS”) declarou como pandemia a situação de disseminação da Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfrentamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

Medidas implementadas pela Companhia

A Companhia segue as mesmas diretrizes de sua controladora que criou, em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança de sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de segurança e de enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de *home-office* para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger a sua liquidez e implementou as seguintes medidas, entre outras:

- contingenciamento de investimentos e redução de despesas; e
- negociação de contratos com seus consumidores livres.

Impacto nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, a partir da observação dos impactos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável de seus ativos financeiros e não financeiros e vem estabelecendo negociações com os seus clientes e fornecedores de energia elétrica visando preservar sua liquidez no período da crise.

Os impactos da pandemia de Covid-19 divulgados nestas demonstrações financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia, não tendo sido observados impactos significativos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 29 de abril de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores e revendedores (fornecimento não faturado de energia elétrica);
- Nota 6 – Ativos financeiros da concessão;
- Nota 15 – Receita (fornecimento não faturado de energia elétrica).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez da alteração ao CPC 06 (R2), em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático referente à opção por não avaliar se um benefício concedido em razão da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 19/2021, em 25 de outubro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 29 – Ativo Biológico, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 25 – Provisões, Passivos

Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020.

As principais alterações dessa revisão estão descritas a seguir:

CPC 27 – Ativo imobilizado – Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração: Proíbe as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos: A alteração especifica quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços inclui custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão, que será aplicada aos contratos cujas obrigações não estiverem totalmente cumpridas no início do período anual em que forem inicialmente adotadas.

CPC 48 – Instrumentos financeiros – Efeitos das comissões e taxas no Teste “de 10%” para desreconhecimento de passivos financeiros: As alterações esclarecem as taxas que devem ser consideradas na avaliação de quando os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos originais. Essas taxas incluem somente aquelas pagas ou recebidas pelo credor e devedor, incluindo aquelas pagas ou recebidas em nome do outro. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados a partir do início do período anual em que a alteração for aplicada pela primeira vez. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

2.7. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Consumidores e revendedores

As contas a receber de consumidores e revendedores são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

b) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

c) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

d) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado,

independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

e) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e variações monetárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Contas Bancárias	41	58
Aplicações financeiras		
<i>Overnight</i>	867	833
TOTAL	908	891

As operações de *overnight* consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou entre 8,87% e 9,14% em 2021 (1,89% em 2020).

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2021	2020
Aplicações financeiras		
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários	1.070	2.650
Letras Financeiras – Bancos	15.089	10.076
Letras Financeiras do Tesouro	1.899	3.551
Debêntures	212	29
	18.270	16.306
Não circulante		
Letras Financeiras – Bancos	3.706	3.547
Debêntures	52	120
	3.758	3.667
	22.028	19.973

Os Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”), que foi de 107,24% em 2021 (entre 106% e 110% do CDI em 2020 conforme operação).

As Letras Financeiras – Bancos (“LFs”) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do CDI. As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxas de remuneração que variam entre 105% e 130% em 2021 (entre 99,5% e 130% do CDI em 2020).

As Letras Financeiras do Tesouro (“LFTs”) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxas de remuneração que variam entre TR + 1% a 109% do CDI em 2021 e 2020.

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 19 destas demonstrações financeiras.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de consumidor	Saldos a vencer		Total	
	Faturado	Não faturado	2021	2020
Fornecimento industrial	-	784	784	4.796
Suprimento a outras concessionárias	784	3.310	4.094	3.025
Energia elétrica de curto prazo	-	16	16	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(2.898)
Total	784	4.110	4.894	4.923

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia constituiu provisão para absorver eventuais perdas na realização de valores a receber. Os saldos vencidos são objetos de Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida (“TARD”), cuja execução está em andamento.

6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Em novembro de 2015, a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, dentre elas a UHE Itutinga, cuja concessão pertencia à própria Cemig GT.

Em junho de 2016, a Cemig GT transferiu a titularidade do Contrato de Concessão da UHE Itutinga para a Companhia, Sociedade de Propósito Específico – SPE, criada para este fim.

O contrato de exploração da concessão é garantido pelos próximos 30 anos. Em 2016, a energia foi toda comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) no Sistema de Cota de Garantia Física (“CGF” ou “regime de cotas”). Desde janeiro de 2017, a energia passou a ser comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	170.460	164.799
Recebimentos	(20.179)	(19.168)
Atualização financeira da bonificação pela outorga	36.723	24.829
Saldo	187.004	170.460
Circulante	20.308	18.542
Não circulante	166.696	151.918

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamento de terreno utilizado nas operações;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

As taxas de desconto foram obtidas tendo como referência a taxa de empréstimo incremental do Grupo Cemig. Em 2021, a Companhia revisou a metodologia para estimativa das taxas de desconto, que passou a ser baseada na taxa livre de risco ajustada à realidade da Companhia, visando refletir mais adequadamente o seu risco de crédito e as condições econômicas na data da contratação, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2021		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustado pelas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7	132	139
Adição	76	-	76
Remensuração	1	8	9
Amortização	(4)	(67)	(67)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	80	73	153
Remensuração	8	1	9
Amortização	(5)	(74)	(79)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	83	-	83

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental do Grupo Cemig. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	146
Adição	76
Juros incorridos	18
Arrendamentos pagos	(83)
Juros sobre arrendamentos pagos	(4)
Remensuração	9
Saldo em 31 de dezembro de 2020	162
Juros incorridos	15
Arrendamentos pagos	(93)
Juros sobre arrendamentos pagos	(5)
Remensuração	9
Saldo em 31 de dezembro de 2021	88
Passivo circulante	13
Passivo não circulante	75

A análise de vencimento do passivo de arrendamento bruto está demonstrada na nota explicativa nº 20.

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2021	2020
ICMS	110	216
Pis/Pasep e Cofins	682	365
Total	792	581
Circulante	110	216
Não circulante	682	365

9. INTANGÍVEL

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 9 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 3 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015. A ReH nº 2.919/2021 foi alterada em 08 de setembro pela Resolução Homologatória nº 2.931.

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Cemig GT autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Cemig GT e suas subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Custos operacionais – Recuperação de custos – Risco hidrológico”, no montante de R\$7.713, conforme tabela abaixo:

	Taxa média anual de depreciação (%)	2021			2020		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Em serviço		7.713	(121)	7.592	-	-	-
Ativos da concessão - GSF		7.713	(121)	7.592	-	-	-
Em curso		-	-	-	-	-	-
Total		7.713	(121)	7.592	-	-	-

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Adições líquidas = (A)	Valor bruto em 31/12/2021	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2021
Em serviço	-	7.713	7.713	7.713	(121)	7.592
Ativos da concessão - GSF	-	7.713	7.713	7.713	(121)	7.592
Total	-	7.713	7.713	7.713	(121)	7.592

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Itutinga	7.713	05/01/2046	7	03/01/2053

10. FORNECEDORES

	2021	2020
Suprimento e transporte de energia elétrica	64	5.661
Materiais e serviços	733	2.040
TOTAL	797	7.701

11. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2021	2020
Passivo		
Taxa de Fiscalização da ANEEL	-	61
Pesquisa e Desenvolvimento e Pesquisa Expansão Sistema Energético	479	603
Fundo Nac. Desenvol.Cient.Tecnológico	32	45
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	142	100
	653	809
Circulante	653	447
Não circulante	-	362

12. TRIBUTOS

a) Impostos, taxas e contribuições

	2021	2020
COFINS	746	255
PASEP	162	55
INSS	27	20
ISSQN	12	5
Outros	31	9
TOTAL	978	344
Circulante	198	344
Não circulante	780	-

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2021	2020
Circulante		
Imposto de renda	158	416
Contribuição social	143	249
TOTAL	301	665

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	2020
Não circulante		
Imposto de renda	478	-
Contribuição social	262	-
TOTAL	740	-

13. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS

Nos anos de 2016 a 2020, a Receita Anual de Geração – RAG faturada foi majorada indevidamente em função do excedente dos tributos Pis/Pasep e Cofins incluídos na base de cálculo da receita (alíquotas totais aplicadas de 9,25%, sendo 3,65% a alíquota devida), tornando necessária a devolução dos valores das contribuições faturados a maior. A Companhia reconheceu uma provisão para restituição de Pis/Pasep e Cofins de R\$11.309 em 31 de dezembro de 2020, incluindo a devida atualização monetária. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$11.810. A Companhia aguarda orientação do órgão regulador – Aneel sobre o mecanismo de devolução.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia era de R\$151.309, subscrito e integralizado, dividido em 151.309.332 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias gerais. As ações preferenciais não conferem direito a voto a seu titular, sendo a elas assegurada a prioridade no reembolso do valor das ações subscritas e integralizadas, no caso de dissolução da Companhia ou distribuição de dividendos.

a) Reservas

A composição da conta Reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2021	2020
Reserva legal	10.770	7.750
Retenção de lucros (Dividendos adicionais propostos)	4.811	10.342
Reserva especial	23.877	-
	<u>39.458</u>	<u>18.092</u>

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$3.020 de reserva legal em 2021, correspondendo a 5,00% do lucro apurado no exercício.

Reserva de proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na reserva de lucros o montante de R\$4.811 referentes a dividendos propostos pela Administração que excedem a 50% do lucro líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no estatuto social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela assembleia geral de acionistas.

Reserva especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou em reserva especial o lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo não destinado à reserva de lucros, no montante de R\$23.877, a ser pago como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício (50% em 2020), ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos para 2021 e 2020 foi feito conforme abaixo:

	2021	2020
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	60.397	30.128
Absorção de prejuízos acumulados	-	(8.354)
Reserva legal constituída	(3.020)	(1.089)
	57.377	20.685
Dividendo obrigatório	28.689	10.343
Dividendos intermediários	7.500	-
Dividendos obrigatórios	21.189	10.343
Dividendos adicionais propostos	4.811	10.342
Reserva especial	23.877	-
Total dos dividendos	57.377	20.685

Destinação do resultado de 2021 - Proposta da Administração

A Diretoria encaminhará à AGO, a ser realizada em 2022, a seguinte proposta de destinação do resultado do exercício de 2020, no montante de R\$60.397:

- R\$3.020 para constituição de reserva legal;
- R\$21.189 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$7.500 de dividendos intermediários pagos;

- R\$4.811 para pagamento de dividendos adicionais;
- R\$23.877 para constituição de reserva especial.

15. RECEITA

	2021	2020
Transações com energia na CCEE	6.995	3.220
Suprimento cotas - Geração própria	50.928	50.371
Suprimento não faturado cotas - Geração própria	(1.587)	76
Suprimento não faturado - Geração própria	784	1.897
Realização ativo financeiro da bonificação pela outorga	(20.179)	(19.168)
Fornecimento bruto de energia elétrica	36.941	36.396
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias (Nota 13)	-	(2.111)
Receita de atualização da bonificação pela outorga (a)	36.723	24.829
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(4.308)	(4.166)
	69.356	54.948

(a) Receita de atualização da bonificação pela outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da bonificação pela outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 6 destas demonstrações financeiras.

(b) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2021	2020
Tributos sobre a receita		
ICMS	154	125
COFINS	1.981	1.583
PIS-PASEP	429	570
	2.564	2.278
Encargos do consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	210	197
Fundo Nac. Desenv. Cient. Tecn.-FNDCT	210	197
Pesquisa Exp. Sist. Energético-EPE/MME	105	99
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	365	432
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	854	963
	1.744	1.888
	4.308	4.166

16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Pessoal	1.026	921
Materiais	318	202
Serviços de terceiros (a)	7.125	7.229
Energia elétrica comprada para revenda	4.057	10.603
Encargos de uso da rede de distribuição (b)	1.426	1.199
PECLD	-	2.642
Outros custos e despesas operacionais líquidos	568	356
	14.520	23.152
Custo total	12.396	18.511
Despesas operacionais	2.124	4.641
TOTAL	14.520	23.152

a) Serviços de terceiros

	2021	2020
Manutenção e conservação de instalações	469	3.956
Convênio de compartilhamento – O&M ⁽¹⁾	5.265	2.071
Auditoria externa	55	53
Conservação e limpeza de prédios	482	440
Vigilância	172	157
Meio ambiente	341	199
Tecnologia da informação	131	158
Outros	210	195
TOTAL	7.125	7.229

(1) Para mais informações, ver nota explicativa nº 19 destas demonstrações financeiras.

b) Encargos de uso da rede de distribuição

Referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com regulamentação da Aneel.

17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	1.266	516
Acréscimos moratórios de contas de energia	-	171
Outras	42	-
	1.308	687
Despesas financeiras		
Variações monetárias	(20)	(14)
Variações monetárias – Restituição a concessionárias	-	(272)
Juros passivo de arrendamento	(15)	(18)
Outras	(502)	(21)
	(537)	(325)
RESULTADO FINANCEIRO	771	362

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2021	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento bruto de energia elétrica	52.304	52.304
Percentual de presunção	8%	12%
Receita financeira sobre resgate efetivo de aplicações	995	995
Outras receitas financeiras	42	42
Base de cálculo – Lucro Presumido	5.221	7.313
Alíquota	15%	9%
Imposto de renda e contribuição social – Lucro Presumido	783	658
Adicional (10% valor superior a R\$240)	498	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.281	658
Rendas não resgatadas	270	270
Alíquota	25%	9%
	29	10
Imposto de renda e contribuição social diferidos	68	24
Receita por competência diferida	21.359	21.359
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo – Lucro Presumido	1.709	2.563
Alíquota	15%	9%
Imposto de renda e contribuição social – Lucro Presumido	427	231
Amortização custos GSF	7.592	7.592
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo – Lucro Presumido	607	911
Alíquota	15%	9%
Imposto de renda e contribuição social – Lucro Presumido	152	82
Corrente	1.281	658
Diferido	647	337

	2020	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento bruto de energia elétrica	61.225	61.225
Percentual de presunção	8%	12%
	4.898	7.347
Receita financeira s/resgate efetivo de aplicações	400	400
Outras receitas financeiras	171	171
Base de cálculo – Lucro Presumido	5.469	7.918
Alíquota	15%	9%
Imposto de renda e contribuição social – Lucro Presumido	820	713
Adicional (10% valor superior a R\$240)	523	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.343	713
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	(2.111)	(2.111)
Percentual de presunção	8%	12%
	(169)	(253)
Alíquota	25%	9%
	(42)	(23)
Rendas não resgatadas	116	116
Alíquota	25%	9%
	29	10
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(13)	(13)
Resultado imposto de renda e contribuição social	1.330	700

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controlador								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (1)	-	-	359	384	-	-	(1.151)	(1.182)
Convênio de compartilhamento - O&M (2)	-	-	475	1.655	-	-	(5.787)	(2.071)
Prestação de serviços (3)	-	-	-	-	-	-	-	(3.746)
Dividendos a pagar	-	-	21.189	10.343	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	284	245	-	-	3.259	3.211	(1.426)	(1.199)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	867	833	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	18.269	16.305	-	-	458	188	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	3.758	3.667	-	-	-	-	-	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;

- (2) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;
- (3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina vigente até a entrada em vigor do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020;
- (4) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações do Grupo Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 1,03% em 31 de dezembro de 2021 (0,48% em 31 de dezembro de 2020).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são demonstrados na tabela abaixo:

	2021	2020
Remuneração	38	36
Participação nos resultados	7	12
Previdência privada	3	3
Total (1)	48	51

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2021		2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Consumidores e revendedores	2	4.894	4.894	4.923	4.923
Títulos e valores mobiliários	2	11.561	11.561	6.694	6.694
Ativos financeiros da concessão	3	187.004	187.004	170.460	170.460
		203.459	203.459	182.077	182.077
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	867	867	833	833
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	2	1.070	1.070	1.783	1.783
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	7.497	7.497	7.945	7.945
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.899	1.899	3.551	3.551
		11.333	11.333	14.112	14.112
		214.792	214.792	196.189	196.189
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(797)	(797)	(7.701)	(7.701)
Passivo de arrendamento	2	(88)	(88)	(162)	(162)
		(885)	(885)	(7.863)	(7.863)

(1) Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2021 e 2020.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo, o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem mercado ativo: Título patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de crédito

Com o objetivo de minimizar o risco de perdas advindas do não recebimento de valores faturados, a Companhia faz um acompanhamento de forma individual junto aos seus consumidores. Assim, considerando o contexto em que se encontra o cliente, são ajustadas condições que viabilizem o recebimento de créditos eventualmente em atraso.

A Companhia realiza, periodicamente, análise criteriosa da evolução dos casos de inadimplência e, constatando evidência de perda de receita, ou elevado risco de sua ocorrência, constitui Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em política de aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento para empresas do Grupo Cemig, de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com dívidas pactuadas está apresentado abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	797	-	-	-	-	797
Passivo de arrendamento	8	16	72	45	200	341
TOTAL	805	16	72	45	200	1.138

21. SEGUROS

A Companhia possui seguro de risco operacional visando cobrir riscos e perdas em gerador, transformador e turbinas, com vigência até 26 de fevereiro de 2022, na importância segurada de R\$72.417, valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas decorrentes de eventuais sinistros.

As premissas de risco adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

* * * * *

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor-Presidente

Demétrio Alexandre Ferreira
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC-1SP/242451-O4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Itutinga S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2021, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2022.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

Eduardo José de Souza

Paulo César Teodoro Bechtluft

Ronald Gastão Andrade Reis

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Cemig Geração Itutinga S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Itutinga S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Itutinga S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-SP015199/O-6



Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0